

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público

Cargo 2:

Escrivão de Polícia

MANHÃ



Aplicação: 19/3/2006

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova de redação.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova de redação é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova de redação, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova de redação e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova de redação poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 21/3/2006, após as 19h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pces2006.
- II 22 e 23/3/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pces2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 27/4/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova de redação: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pces2006.
- IV 28 e 29/4/2006 – Recursos (prova de redação): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 19/5/2006 – Resultado final da prova de redação e convocação para a prova de aptidão física: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 17 do Edital n.º 1/2005 – PCES, de 19/12/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPEUnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O ser humano é a medida de todas as coisas. Pelo
tamanho do ser humano se mede a vastidão do universo,
assim como pelo palmo e pela braça se começou a medir a
4 Terra. Todo o conhecimento do mundo se faz de uma
perspectiva humana, todo o julgamento das coisas do mundo
se faz por um parâmetro humano. Assim, enaltecer o senso
7 moral do ser humano não é um floreio de linguagem que a
única espécie que fala faz, é valorizar este frágil instrumento
de medição pelo qual a vida revela seu sentido. O ser humano
10 ou é moral, e julga tudo por um prisma moral, ou é apenas um
mecanismo inútil.

O liberalismo pensa estar defendendo o indivíduo
13 quando nega a primazia do social ou quando diz que uma
sociedade é apenas um conjunto de ambições autônomas.
O culto ao individualismo seria um culto à liberdade se não
16 elesse como seu paradigma supremo a liberdade de lucrar,
e como referência moral a moral do mercado. Se não fosse
apenas a última das muitas tentativas de substituir o ser
19 humano como a medida de tudo, e seu direito à vida e à
dignidade como o único direito a ser cultuado. Já tentaram
rebaixar o homem a mero servo de uma ordem divina, a
22 autômato descartável de engrenagens industriais, a estatística
sem identidade de regimes totalitários, e agora a uma
comodidade entre outras comodidades, com nenhuma
25 liberdade para escolher seu destino individual e o mundo em
que quer viver. Mas o indivíduo só é realmente um indivíduo
em uma sociedade igualitária, como só existirá liberdade real
28 onde os valores neoliberais não prevalecerem.

Luis Fernando Verissimo. Internet:
<<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em fev./2006.

Em relação ao texto, julgue os itens a seguir.

- 1 O emprego da estrutura **ao negar a primazia do social ou ao dizer que**, em substituição a “quando nega a primazia do social ou quando diz que” (l.13), prejudica a correção gramatical do período e altera as informações originais do texto.
- 2 Os vocábulos “se” (l.15) e “Se” (l.17) têm a mesma função condicional.
- 3 As ocorrências de “a”, às linhas 21, 22 e 23, são todas de artigos definidos empregados no singular feminino.
- 4 A substituição de “se mede” (l.2) por **é medida** mantém a correção gramatical e as informações originais do período.
- 5 Antes da expressão “é valorizar” (l.8), subentende-se a idéia anterior “enaltecer o senso moral do ser humano” (l.6-7).

1 Na Antiguidade não se conhecia o fenômeno da
limitação do poder do Estado. As leis que organizavam os
Estados não atribuíam ao indivíduo direitos frente ao poder
4 estatal. Quando Aristóteles definiu “Constituição”, tinha
diante de si esse tipo de legislação. Não obstante tenha sido
Atenas o berço de relevante pensamento político, não se
7 imaginava então a possibilidade de um estatuto de direitos
oponíveis ao próprio Estado. A formação da pólis foi
precedida da formação de um território cultural. Este balizou
10 os limites da cidade grega. Sem garantia legal, os “direitos
humanos” padeciam de certa precariedade na estrutura
política. O respeito a eles ficava na dependência da virtude e
13 da sabedoria dos governantes. Esta circunstância, porém, não
exclui a importante contribuição de culturas antigas na
criação da idéia de direitos humanos. Alguns autores
16 pretendem afirmar que a história dos direitos humanos
começou com o balizamento do poder do Estado pela lei.
Essa visão é errônea. Obscurece o legado de povos que não
19 conheceram a técnica de limitação do poder, mas
privilegiaram enormemente a pessoa humana nos seus
costumes e instituições sociais.

João Baptista Herkenhoff. Internet: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em fev./2006.

Acerca do texto, julgue os itens subsequentes.

- 6 Pelos sentidos do texto, a relação sintática entre o período iniciado por “O respeito” (l.12) e o período anterior pode ser explicitada por meio da expressão **Apesar de o respeito**.
- 7 Infere-se das informações do texto que somente os povos que não limitavam o poder apresentaram uma herança de respeito aos direitos da pessoa humana.
- 8 A relação sintática entre o período iniciado por “Obscurece” (l.18) e o período anterior pode ser explicitada pela conjunção **Contudo**.
- 9 A expressão “esse tipo de legislação” (l.5) refere-se à legislação que não limitava o poder do Estado e não atribuía ao indivíduo direitos diante do Estado.

O trecho a seguir foi retirado de uma proposta de memorando a ser encaminhado pelo chefe aos funcionários de determinado setor da empresa X.

Tendo em vista a proximidade das esperadas festas de final de ano, tenho a satisfação de informar, que este setor estará de portas fechadas, na sexta-feira, para limpeza e ornamentação de nosso local de trabalho.

10 A linguagem utilizada nessa proposta de memorando não é adequada para esse tipo de correspondência, em virtude de falta de clareza, objetividade e correção gramatical.

1 Em alguns países do primeiro mundo, há uma idéia de direitos humanos apenas para consumo interno. Observa-se nesses casos uma contradição inexplicável: no âmbito
4 interno, vigoram os direitos humanos, nas relações com os países dependentes, vigoram os interesses econômicos e militares. Esses interesses justificam a tolerância com as
7 violações dos direitos, no campo diplomático, ou o próprio patrocínio das violações. Os mesmos interesses econômicos e militares justificam também o patrocínio da guerra, sob a
10 bandeira de paz. Para que tais desvios não continuem a acontecer, alguns juristas italianos (Salvatore Senese, Antonio Papisca, Marco Mascia, Luigi Ferrajoli e outros) têm
13 defendido que uma nova ordem mundial se constitua, não sob o império dos interesses dominantes, mas tendo, ao contrário, como sujeito da História a família humana presente e futura.
16 Outra contradição é, às vezes, observada no interior de certas nações poderosas: a plena vigência dos direitos humanos, quando se trata de nacionais “puros” e o desrespeito aos
19 direitos humanos, quando as pessoas envolvidas são imigrantes ou clandestinos, minorias raciais e minorias nacionais.

Idem, ibidem (com adaptações).

A respeito do texto, julgue os itens que se seguem.

- 11 A inserção de uma vírgula após “Observa-se” (l.2) e outra após “casos” (l.3) prejudicaria a correção gramatical do período.
- 12 A inserção de **entretanto**, seguido de vírgula, antes de “nas relações” (l.4) explicita as relações semântico-sintáticas entre os dois períodos e mantém a correção gramatical do texto.
- 13 Às linhas 6 e 7, a expressão **tolerância às violações** em lugar de “tolerância com as violações” mantém a correção gramatical e as informações originais do período.
- 14 Conforme o texto, alguns países de primeiro mundo apresentam uma idéia de direitos humanos que desconsidera os países dependentes e os imigrantes ou clandestinos, as minorias raciais e outras minorias.
- 15 De acordo com o texto, alguns juristas italianos têm defendido uma nova ordem social em que os interesses econômicos e militares prevaleçam sobre todos os outros direitos.

1 O Estado moderno, não obstante apresentar-se como um Estado minimalista, é potencialmente um Estado maximalista, pois a sociedade civil, enquanto o outro do
4 Estado, auto-reproduz-se por meio de leis e regulações que dimanam do Estado e para as quais não parecem existir limites, desde que as regras democráticas da produção de leis
7 sejam respeitadas. Os direitos humanos estão no cerne desta tensão: enquanto a primeira geração de direitos humanos (os direitos cívicos e políticos) foi concebida como uma luta da
10 sociedade civil contra o Estado, considerado como o principal violador potencial dos direitos humanos, a segunda e terceira gerações (direitos econômicos e sociais e direitos
13 culturais, da qualidade de vida etc.) pressupõem que o Estado é o principal garantidor dos direitos humanos.

Boaventura de Sousa Santos. Internet: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em fev./2006 (com adaptações).

Quanto ao texto, julgue os itens seguintes.

- 16 A palavra “cerne” (l.7) está sendo empregada em sentido figurado, com o significado de **a parte essencial, o âmago**.
- 17 As vírgulas após “Estado” (l.10) e após “humanos” (l.11) são usadas para isolar oração adjetiva restritiva.
- 18 A substituição dos parênteses empregados nas linhas 8, 9, 12 e 13 por travessões prejudica gramaticalmente o texto.
- 19 O segmento “não obstante apresentar-se” (l.1) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituído por qualquer uma das seguintes estruturas: **apesar de apresentar-se, embora se apresente, conquanto se apresente, ainda que se apresente**.
- 20 A expressão “demanam” (l.5) está sendo empregada com o sentido de **diferem, se opõem**.

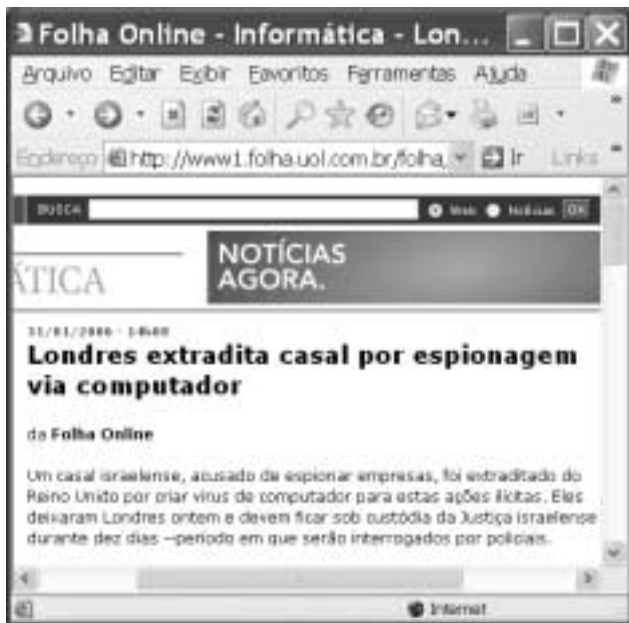


Figura I

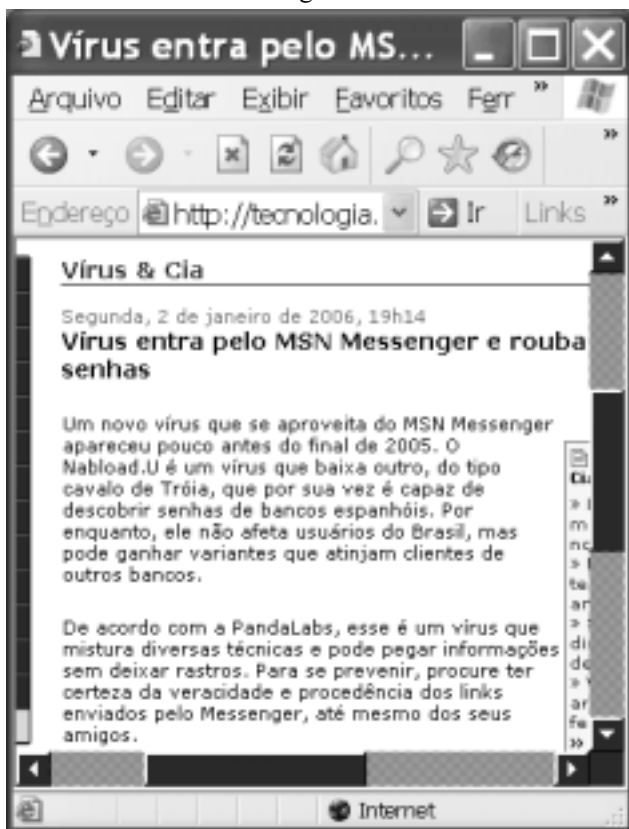


Figura II

Considerando-se as figuras I e II acima, que ilustram duas janelas do Internet Explorer 6 (IE6) em execução em um computador PC, e o conteúdo das áreas de páginas dessas janelas, julgue os próximos itens.


21 Sabendo-se que a situação de espionagem relatada na área de páginas da janela do IE6 da figura I consistia no uso de cavalos de tróia, é correto concluir que esse tipo de espionagem é muito raro no Brasil graças ao uso obrigatório de certificados digitais em quaisquer transações de Internet, que identificam os usuários da rede em trocas de informações, desmascarando tais operações ilícitas.

22 Em transações pela Internet por meio do IE6, para se ter “certeza da veracidade e procedência dos links”, sugestão presente na área de páginas da janela do IE6 da figura II, é suficiente verificar a existência, na barra inferior do IE6, de um pequeno cadeado, que indica que se está acessando um sítio seguro, que apresenta certificado assinado por autoridade certificadora — que garante a legitimidade do sítio —, e, ainda, que os dados trocados nas referidas transações são criptografados.

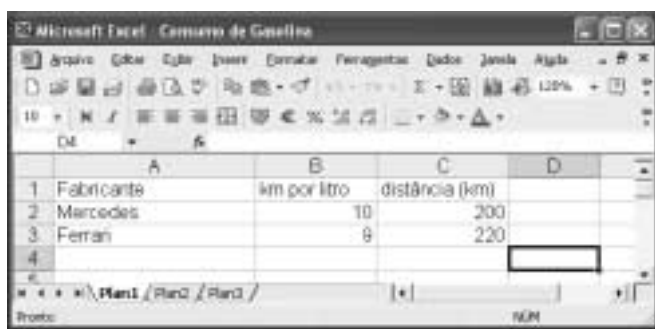
23 Caso se deseje configurar a página *web* ilustrada na janela do IE6 da figura I ou da figura II como favorita do IE6, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **F**; liberar a tecla **Ctrl**.

24 A seguinte janela, que permite definir, dos botões disponíveis, aqueles que devem ser visualizados na barra de ferramentas do IE6, pode ser executada a partir de opção disponibilizada no menu *Exibir*.






25 Para se converter o conteúdo da área de páginas da janela do IE6 da figura I para o formato de um documento Word, abrindo-se automaticamente esse documento em uma janela do Word, é suficiente, na referida janela, clicar o botão . Esse procedimento, porém, converte apenas o conteúdo textual da página visitada.






26 Caso a situação de espionagem mencionada na área de páginas da janela do IE6 ilustrada na figura I utilizasse recursos de *keylogger* e armazenasse informações processadas no computador, o uso de sistema *firewall* seria indicado para impedir que essas informações fossem enviadas a uma máquina de um possível espião na Internet.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, com uma planilha, em processo de elaboração, contendo o consumo de dois carros de dois fabricantes diferentes, em quilômetros por litro, e a distância percorrida por eles em dois percursos diferentes. Com relação a essa situação hipotética e ao Excel 2002, julgue os itens seguintes.


- 27 Considerando-se que nenhuma célula da planilha mostrada esteja formatada em negrito, ao final da seguinte seqüência de ações os conteúdos das células A1 e C1 estarão formatados em negrito: clicar a célula A1; clicar **N**; clicar  e, em seguida, clicar a célula C1.
- 28 Para calcular o número total de litros consumidos no percurso realizado pelo carro do fabricante Mercedes, pondo o resultado na célula D2, é suficiente clicar a célula D2, clicar  e, em seguida, teclar .

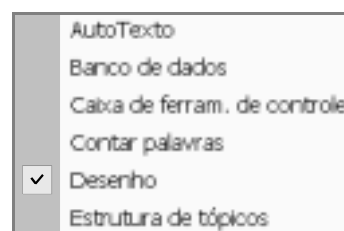
Considere o contexto de um usuário de um órgão público que trabalha diariamente com um computador pessoal do tipo *desktop* que tem como sistema operacional o Windows XP. Em cada um dos itens seguintes é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma ação relativa a essa situação, no referido contexto. Julgue os itens a seguir quanto à adequação da ação proposta para a situação.



- 29 O usuário necessita copiar um arquivo de uma pasta contida na pasta Meus documentos para outra também contida na pasta Meus documentos. Nessa situação, ele poderá realizar essa operação com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: abrir a pasta Meus documentos; aplicar um clique simples na pasta onde está contido o documento que se deseja copiar; clicar o ícone correspondente a esse documento; pressionar, simultaneamente, as teclas  e ; clicar duas vezes o botão  na janela Meus documentos; clicar a pasta onde se quer pôr o arquivo; pressionar, simultaneamente, as teclas  e .
- 30 O usuário necessita freqüentemente fazer o *backup* de arquivos que ocupam grande quantidade de memória. Nesse caso, o uso do programa WinZip permite a compactação desses arquivos, de forma que estes ocupem menor quantidade de memória para serem armazenados em dispositivos adequados.



A figura acima ilustra parte de uma janela do Word 2002, que está sendo usado para a elaboração de um documento. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir.

- 31 Ao se clicar a opção  **Layout da Web**, o documento será transferido para o navegador de Web padrão instalado no computador, onde poderá ser editado no formato html.
- 32 Na situação da janela mostrada na figura acima, é correto afirmar que o documento não possui notas de rodapé. Caso se deseje incluir esse tipo de informação, é possível fazê-lo por meio de opção encontrada no *menu* **Inserir**.
- 33 A lista de opções mostrada a seguir é encontrada no *submenu* **Barras de ferramentas**. Nessa lista, como a opção **AutoTexto** não está marcada, é correto concluir que a ferramenta de verificação automática de ortografia não está ativada.



- 34 A opção **Zoom...** tem a mesma funcionalidade da ferramenta  **12**, pois ambas permitem alterar o tamanho da fonte de texto selecionado.
- 35 Caso se deseje formatar o número de página a ser mostrado no documento em edição, é possível fazê-lo por meio de funcionalidades encontradas na opção  **Cabeçalho e rodapé**.

Os Estados Unidos da América (EUA) tentam alçar o confronto armado à condição de fator supremo no equilíbrio de poder global e de estratégia principal na administração de conflitos. Esta é uma estratégia perigosa para o destino do planeta, já que é ineficaz e está condenada ao fracasso. A Europa, por sua vez, aprendeu e ainda está aprendendo (da maneira mais dura, com certeza) a arte mais difícil e necessária em nosso mundo cada vez mais policêntrico e polifônico: a arte do diálogo e do entendimento, de deixar para trás as inimizades, por mais longas e sangrentas que tenham sido e por mais irreparáveis que pudessem ter parecido.

Antes de enviar soldados ao Iraque, Donald Rumsfeld declarou que “a guerra será vencida quando os americanos se sentirem novamente seguros”. Mas o envio de tropas ao Iraque elevou a novas alturas o clima de insegurança nos EUA e alhures. Longe de diminuir, os espaços de ilegalidade e os terrenos de treinamento do terrorismo global se estenderam para dimensões impensadas. Quatro anos se passaram desde a decisão de Rumsfeld, e o terrorismo vem reunindo forças — extensiva e intensivamente — ano após ano.

Zygmunt Bauman. Entrevista concedida a *O Estado de S. Paulo*, Caderno 2 (Cultura), 12/2/2006. (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes do mundo contemporâneo, julgue os itens subsequentes.

- 36** A União Européia é, nos dias de hoje, o mais completo processo de constituição de blocos de países. Similar a ela, em objetivos e resultados alcançados, há o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), integrando os países do Cone Sul da América e dando a todos igualdade de condições.
- 37** Infere-se do texto que, na atualidade, o poder mundial permanece bipolar, a despeito de não mais existir a União Soviética e de se ouvir uma só voz no sistema internacional, a norte-americana.
- 38** Ao mencionar a capacidade demonstrada pela Europa de passar por cima de antigas e profundas rivalidades, o texto permite que se pense no clássico caso de França e Alemanha, que, apesar de históricos rivais, venceram a desconfiança recíproca para tornar possível a existência da União Européia.
- 39** Infere-se do texto que é perfeita a simetria entre as políticas externas atualmente implementadas pelos EUA e pelos países que integram a União Européia.
- 40** Ao examinar a ação internacional dos EUA, o texto implicitamente sugere a existência da Doutrina Bush, de acordo com a qual esse país deve se antecipar e destruir, no nascedouro, toda e qualquer força capaz de se voltar contra a América.

- 41** Com a honrosa exceção britânica, os principais países europeus hipotecaram integral e incondicional apoio à decisão norte-americana de invadir militarmente o Iraque.
- 42** Saddam Hussein, que governou o Iraque com pulso de ferro, é exceção em meio aos demais países árabes. Mantendo laços estreitos com o Ocidente, graças ao volumoso comércio de petróleo, esses países adotaram, com pequenas variações, o modelo democrático ocidental.
- 43** No Oriente Médio, uma questão crucial diz respeito à Palestina. Nas últimas eleições legislativas, a vitória das forças moderadas, em sua maioria seguidoras do falecido Yasser Arafat, trouxe novo alento aos que sonham com a paz duradoura na região.
- 44** Ao anunciar formalmente sua decisão de retomar o programa nuclear do país, ainda que não admita utilizá-lo para fins militares, o Irã coloca mais combustível na fogueira de permanentes tensões do Oriente Médio.
- 45** A invasão do Iraque foi rápida e eficaz. Em pouco tempo, Saddam Hussein foi derrotado, preso e levado a julgamento. Simultaneamente, as forças da coalizão ocidental eliminavam os focos de resistência interna e preparavam o Iraque para suas primeiras eleições democráticas.
- 46** Em apoio ao texto, no que se refere ao terrorismo global, é correto afirmar que ações violentas desse tipo aconteceram em várias regiões do planeta, a exemplo de Bali, Madri e Londres.
- 47** O texto defende a tese de que a estratégia de combate ao terror adotada pelos EUA tem se mostrado ineficaz e potencialmente perigosa para o resto do planeta, na medida em que suscita o fortalecimento de organizações terroristas.
- 48** Longe de ser simples e fácil, o caminho do entendimento e da negociação buscado pela Europa contemporânea é difícil e complexo, um duro exercício, como admite o texto, que se sustenta na crença de que o respeito à diferença é essencial para a obtenção de uma unidade na diversidade.
- 49** Na tentativa de refrear o sentimento de antiamericanismo que se intensificou nos últimos anos, o governo dos EUA tem procurado tomar posições de forte apelo popular na área internacional. Exemplo disso é a posição de vanguarda assumida pelo país na defesa do meio ambiente, a começar pelo apoio integral ao Protocolo de Kyoto.
- 50** A região em que se situa o Iraque, o Oriente Médio, além de ser palco de permanente tensão de fundo religioso, é também área estratégica para a economia mundial contemporânea devido a suas portentosas jazidas petrolíferas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens que se seguem a respeito dos agentes públicos e da extensão do controle judicial da administração pública.

- 51** O Poder Judiciário, para dar aplicabilidade ao princípio da isonomia, pode estender a servidores públicos prerrogativas que não lhes foram deferidas em lei.
- 52** Entre a administração pública e os seus agentes existe um vínculo de direito público, previsto em lei, de forma que se permite a invocação de direito adquirido para a manutenção do regime jurídico a que se submetem os agentes.

Julgue os itens subseqüentes, a respeito de uso e abuso de poder.

- 53** A teoria do desvio de poder tem aplicação também às atividades legislativas.
- 54** A razoabilidade pode ser utilizada como parâmetro para o controle dos excessos emanados de agentes do Estado, servindo para reprimir eventuais abusos de poder.

Julgue os itens a seguir.

- 55** Ocorrendo vacância pela posse do servidor público em outro cargo inacumulável, ainda que sem a interrupção no tempo de serviço, o direito à fruição das férias não gozadas não se transfere para o novo cargo.
- 56** Servidor público estável que é aprovado e toma posse em outro cargo público pode desistir do novo estágio probatório, durante o seu curso, e retornar ao cargo de origem.

Julgue os próximos itens, que se referem à responsabilidade do Estado.

- 57** Para que se configure a responsabilidade civil de indenizar do Estado, é suficiente que o prejudicado demonstre o nexo causal entre o fato lesivo imputável à administração pública e o dano por ele pleiteado, independentemente de provar a culpa do Estado, pois esta é presumida.
- 58** Na hipótese de determinação administrativa, assinada pelo diretor de um estabelecimento penitenciário, que proíba o consumo de cigarro pelos detentos dentro das dependências daquela unidade, não se vislumbra ilegalidade, ante os encargos que podem ser causados ao Estado em decorrência da sua responsabilidade objetiva.

Julgue os itens seguintes acerca dos poderes da administração pública.

- 59** O poder de polícia no Brasil, sobretudo no âmbito dos poderes atribuídos ao presidente da República, sofreu significativa ampliação a partir da promulgação da emenda constitucional n.º 32, de 2001.
- 60** O poder hierárquico é exercido com a finalidade de coordenar as atividades administrativas, no âmbito interno, não sendo possível em seu nome o exercício do poder de revisão dos atos administrativos de subordinados.

Julgue os itens que se seguem.

- 61** A exigência de prévia aprovação em concurso público para a investidura de qualquer cidadão em cargos, funções ou empregos públicos, ressalvadas as hipóteses de nomeação para cargos em comissão, tem fundamento na necessidade essencial do Estado em conferir efetividade ao princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei.
- 62** Mesmo sendo candidato a novo cargo eletivo, o parlamentar pode se valer da garantia da imunidade parlamentar nos pronunciamentos estranhos à sua atividade legislativa, sem que haja ofensa ao princípio da igualdade no processo eleitoral.

A respeito da segurança pública, julgue os itens seguintes.

- 63** A gestão da segurança pública, do ponto de vista da administração pública nos estados, é competência privativa dos seus governadores.
- 64** O custeio da segurança pública pode ser sustentado por meio de taxas de segurança pública, ainda quando o uso do serviço seja potencial.
- 65** No Distrito Federal, a competência para organizar e manter os serviços locais e de segurança pública é da União, a qual preserva, inclusive, o poder de legislar com exclusividade sobre a sua estrutura administrativa e o regime jurídico do seu pessoal.

Julgue os itens a seguir a respeito dos direitos constitucionais das crianças e dos adolescentes.

- 66** A prerrogativa de formular e executar políticas públicas é privativa do Poder Legislativo e do Poder Executivo, sendo, portanto, impossível ao Poder Judiciário determinar a sua execução, ainda que na função de assegurar a eficácia e a integridade de direitos das crianças e adolescentes previstos constitucionalmente.
- 67** A educação infantil é direito fundamental de toda criança e, como tal, não se expõe a avaliações meramente discricionárias da administração pública, no seu processo de concretização.

Dispõe a Constituição Federal que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira. A respeito dessa opção de nacionalidade, julgue os itens que se seguem.

- 68** Essa opção pode ser manifestada em qualquer idade.
- 69** Essa opção, por decorrer da vontade, tem caráter personalíssimo.
- 70** Após atingida a maioridade, enquanto não manifestada a opção, esta passa a constituir-se em condição suspensiva da nacionalidade brasileira.

A perícia médica é atividade profissional bem disciplinada e com nuances peculiares a cada modalidade: criminal, civil, trabalhista, previdenciária, administrativa, não comportando improvisões.

Hermes Rodrigues de Alcântara. **Perícia médica judicial**.
Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois, 1982.

Julgue os itens a seguir, relacionados à perícia médico-legal e aos peritos.

- 71** O perito não deve criar nem crer, ao contrário, deve inserir no laudo os fatos e atos examinados e estudados, rechaçar fatos fundados em simples suposições ou probabilidade, ou seja, deve apresentar suas conclusões com objetividade e manter sempre isenção e imparcialidade diante dos fatos.
- 72** Para evitar exame desnecessário e curioso, abuso de poder, ocultação de crime, exposição de acusado de crime e atendimento a interesses escusos, a solicitação ao perito de perícia criminal deve estar atrelada a procedimento investigatório regularmente instaurado, ao flagrante e ao processo e, além disso, a perícia deve ser solicitada por magistrado, promotor público, delegado de polícia, comandantes militares e advogados de partes envolvidas.
- 73** Os documentos médicos, especialmente os laudos periciais, estão submetidos a estruturas formais preestabelecidas pela praxe e por normas, como as que determinam as partes constantes do laudo pericial: preâmbulo, histórico, descrição, discussão, conclusão e respostas aos quesitos.

Julgue os itens subseqüentes acerca dos atos propedêuticos médico-legais.

- 74** Perícia médico-legal corresponde a todo exame executado por médico, psicólogo, dentista ou médico-veterinário com a finalidade de serem esclarecidos à justiça fatos relacionados à saúde, incluindo-se os exames clínicos, laboratoriais, as necropsias e as exumações.
- 75** Ao realizar perícia criminal, o assistente técnico, caso não concorde com o perito relator, deve apresentar laudo pericial em separado, expondo discriminadamente os motivos da divergência.

Julgue os itens a seguir, relativos à parte geral e à parte especial do Código Penal.

- 76** Considere a seguinte situação hipotética.
Rogério e Fernando, pretendendo matar Alfredo, colocaram-se em emboscada, sem que um soubesse a intenção do outro. Rogério e Fernando, ante a aproximação de Alfredo, atiraram contra o desafeto, ficando, depois, provado que apenas um dos disparos provocara a morte da vítima. Nessa situação, Rogério e Fernando responderão por homicídio consumado em co-autoria.
- 77** O crime de rixa, com tipificação expressa no código penal, exige, no mínimo, a participação de seis pessoas, sendo irrelevante que, dentro do número mínimo, um deles seja inimputável.
- 78** Sujeito ativo do crime é o que pratica a conduta delituosa descrita na lei e o que, de qualquer forma, com ele colabora, ao passo que o sujeito passivo do delito é o titular do bem jurídico lesado ou posto em risco pela conduta criminosa.
- 79** Considere-se que Joaquim, penalmente responsável, sem o ânimo de morte na conduta, atirou contra João, ferindo-o gravemente, de modo que a vítima permaneceu internada sob cuidados médicos por um período de 40 dias. Nessa situação, Joaquim responderá por crime de lesão corporal de natureza grave, ficando absorvido o crime de periclitación da vida ou da saúde humana, visto que a situação de perigo foi ultrapassada e passou a constituir elemento do crime mais grave.
- 80** Entre as causas de exclusão da imputabilidade penal previstas em lei incluem-se a doença mental, o desenvolvimento mental incompleto e o desenvolvimento mental retardado.
- Referentemente aos crimes definidos em legislação especial, julgue o próximo item.
- 81** Os crimes de abuso de autoridade exigem como condição de procedibilidade a representação do ofendido, sendo, portanto, de ação pública condicionada.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, no que se refere aos crimes contra o patrimônio e aos definidos em legislação especial.

- 82** Cristiano, gerente de uma boate, impediu a entrada de João e seus amigos, todos da raça negra, sob o pretexto de que o estabelecimento estava com a capacidade de atendimento esgotada. Inconformado com a justificativa do gerente, João adentrou despercebidamente na boate e constatou que o local estava praticamente vazio, com inúmeras mesas disponíveis. Em razão disso, João novamente interpelou o gerente da boate, tendo este, ao final, informado que naquela casa de diversões não se aceitavam negros. Nessa situação, a conduta de Cristiano, gerente da boate, caracteriza crime resultante de preconceito de raça ou de cor, cuja ação penal é pública incondicionada.
- 83** João, empresário do ramo de informática, passou a receber telefonemas anônimos em sua residência, nos quais uma pessoa do sexo feminino proferia sérias e idôneas ameaças contra a vida de seus dois filhos menores. João, temeroso, procurou a delegacia de polícia e apontou como suspeita a pessoa de Maria, sua ex-namorada. Diante da notícia, a autoridade policial representou judicialmente em favor da interceptação telefônica de Maria, argumentando que a sua realização era imprescindível para a apuração do delito de ameaça, punido com pena de detenção de um a seis meses ou multa. Nessa situação, o juiz, no prazo máximo de 24 horas, decidirá sobre o pedido, o qual deverá ser deferido em razão da gravidade do delito.
- 84** Cláudio e Rogério, policiais federais, no exercício de suas funções, adentraram no domicílio de um suspeito, visando à apreensão de substância entorpecente, tendo ali realizado intensa busca domiciliar, sem a autorização do morador. Finda a diligência policial, nada foi encontrado. Nessa situação, Cláudio e Rogério praticaram crime de abuso de autoridade, sendo a Justiça Federal o órgão competente para o processo e o julgamento do crime, haja vista a subjetividade passiva mediata do crime.
- 85** Marilda, ao deixar o trabalho sob uma forte chuva, apoderou-se de um guarda-chuva alheio supondo ser próprio, visto que ele guardava todas as características e semelhanças com o objeto de sua propriedade. O legítimo proprietário do objeto, dias após, a surpreendeu na posse do bem e acusou-a de furto. Nessa situação, a conduta de Marilda é atípica diante da ocorrência de erro de tipo, excluindo-se o dolo e o fato típico.
- 86** Augusto, com 24 anos de idade, mediante violência física e maus-tratos, impôs a Júlio, homossexual notoriamente conhecido, intenso e cruel sofrimento físico e mental, em razão do preconceito e da intolerância de Augusto pela opção sexual da vítima. Nessa situação, Augusto praticou crime de tortura discriminatória, conforme definido na legislação específica.

Em relação às normas de direito processual penal, julgue os seguintes itens.

- 87** De acordo com as novas regras processuais penais, é obrigatória a presença de defensor para o indiciado durante o interrogatório feito na fase policial, cabendo ao defensor o direito de interferência, a fim de que sejam garantidos ao indiciado a ampla defesa e o contraditório ainda na fase inquisitiva.
- 88** Conforme o entendimento jurisprudencial dominante, no caso do furto qualificado pelo rompimento de obstáculo à subtração da coisa, é imprescindível o exame pericial para a sua constatação; a falta de perícia, nesse caso, implica a rejeição da qualificadora ou a desclassificação para o furto simples.
- 89** Quando se perceber nítido abuso da autoridade policial na instauração de um inquérito policial, ou a condução das investigações na direção de determinada pessoa sem a menor base de prova, é cabível, por via de *habeas corpus*, o trancamento da atividade persecutória do Estado.
- 90** A finalidade precípua do inquérito policial é a investigação do crime e a descoberta de seu autor, com o fito de fornecer elementos para que o titular da ação penal a promova em juízo, seja este o Ministério Público, no caso da ação pública incondicionada e condicionada, seja o particular, no caso da ação penal privada.
- 91** Considere a seguinte situação hipotética.
O juiz de direito de determinada comarca toma ciência, por intermédio de uma denúncia anônima, de um delito de furto ocorrido dias antes. Diante disso, requisita à autoridade policial competente a instauração de inquérito policial, visando à apuração do fato.
Nessa situação, a autoridade policial poderá refutar a instauração do feito, visto que a requisição judicial não pode lastrear-se em denúncia anônima.

Julgue os itens a seguir, relativos a prisão temporária, prisão em flagrante, prisão preventiva e provas periciais.

- 92** Nos casos de crimes hediondos, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, prática de tortura e terrorismo, o prazo máximo da prisão temporária é de 30 dias, prorrogável por igual período; nos demais crimes em que esse tipo de prisão é cabível, o prazo é de 15 dias, prorrogável por igual período.
- 93** Considere-se que Manoel, com 24 anos de idade, tenha desferido vários tiros em Diana e, após ter saído da casa desta com a arma na mão, tenha sido perseguido e detido por vizinhos, nas proximidades do local. Nessa situação, ainda que Manoel tenha sido apresentado à polícia, a autoridade policial competente não poderá lavrar o auto de prisão em flagrante, pois o autor do crime não foi encontrado cometendo o delito, única circunstância que autoriza a prisão cautelar.
- 94** De regra, os crimes culposos e as contravenções penais não admitem prisão preventiva, mesmo que a conduta delituosa resulte em afetação da ordem pública em razão da grave repercussão alcançada pelo fato.
- 95** Considere a seguinte situação hipotética. Juliana, com 19 anos de idade, agrediu fisicamente Patrícia, provocando-lhe hematomas na região da face. No exame de corpo de delito a que Patrícia foi encaminhada, o laudo pericial foi elaborado e assinado por um único perito oficial. Nessa circunstância, a prova colhida será nula, visto que, no processo penal, a regra é que os exames de corpo de delito sejam feitos por dois peritos, sob pena de nulidade.

Em relação à legislação especial, julgue os itens que se seguem.

- 96** A medida de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente não comporta prazo determinado e em nenhuma hipótese o período máximo de internação poderá exceder a três anos.
- 97** Incorre nas mesmas penas previstas para a posse ou o porte ilegal de arma de fogo aquele que, sem autorização legal, recarrega munição para uso próprio, mesmo que em arma devidamente registrada.
- 98** O latrocínio é considerado crime hediondo somente em sua forma consumada; caso reste comprovada apenas a tentativa delituosa, a referida conduta poderá ser suscetível de fiança, graça ou indulto, não se aplicando, nessa hipótese, os dispositivos da lei dos crimes hediondos.
- 99** A inabilitação temporária para o exercício de função pública, cominada aos delitos de abuso de autoridade, previstos em lei específica, quando aplicada de forma isolada e autônoma, por força de sentença judicial, tem a natureza de pena administrativa e não criminal, pois resulta no afastamento do servidor público do cargo exercido.

100 No decorrer da execução penal, são faltas graves cometidas pelo preso no cumprimento da pena privativa de liberdade: incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina; provocar acidente de trabalho; e possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.

101 Nos crimes praticados em organização criminosa, a pena será reduzida de um a dois terços, quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais e à sua autoria.

102 Considere a seguinte situação hipotética.

Antonio foi flagrado transportando 5 kg de cocaína para fins de tráfico. Levado à presença da autoridade policial, ele foi autuado em flagrante delito e recolhido ao sistema prisional local.

Nessa situação, o inquérito policial pertinente deverá ser concluído em 60 dias, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.

Julgue os seguintes itens, relativos ao direito penal.

103 Mesmo diante da prática de um fato atípico, a culpabilidade deverá ser aferida como juízo de censurabilidade e reprovabilidade, visto que a culpabilidade não está vinculada juridicamente à tipicidade.

104 Para fins de imputabilidade penal, na hipótese de ser desconhecida a hora exata do nascimento de determinado indivíduo, a maioria penal dessa pessoa começará ao meio-dia do seu décimo oitavo aniversário.

105 No direito penal, pode-se levar em conta que determinada pessoa, nas circunstâncias em que cometeu o crime, poderia pensar, por força do ambiente onde viveu e das experiências acumuladas, que a sua conduta fosse permitida pelo ordenamento jurídico. Essa falsa percepção ou erro exclui a consciência da ilicitude e recebe a denominação de erro de proibição.

106 Não há furto na subtração com o consentimento do ofendido, ante a ausência de circunstância elementar da figura típica, já que o núcleo do tipo “subtrair” compreende a ação de retirar a coisa contra a vontade da vítima.

107 Considere-se que um indivíduo, com 25 anos de idade, tenha matado outro, em uma briga de bar, em legítima defesa. Nessa situação, a conduta, em princípio, é uma conduta típica, pois está prevista em um tipo incriminador; todavia, sendo a legítima defesa um tipo penal permissivo, não há crime, por ausência de ilicitude.

Julgue os itens seguintes, no que tange às normas e procedimentos de direito processual penal.

108 Considere a seguinte situação hipotética.

Marcos foi vítima de crime de ação penal privada personalíssima. No decorrer das investigações, Marcos faleceu em decorrência de um trágico acidente.

Nessa situação, o direito de intentar a ação se transmite ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão da vítima.

109 Nos crimes eleitorais, o prazo para o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público é de 10 dias.

110 Ao mencionar os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, a lei processual refere-se aos delitos praticados por funcionários públicos contra a administração em geral, não abrangendo outros ilícitos comuns, que podem ser cometidos por qualquer pessoa.

111 A jurisdição, como função estatal destinada a dirimir conflitos, é única, o que equivale a dizer que todos os juízes devidamente investidos no cargo contam com jurisdição, mas só podem dirimir os conflitos dentro da sua respectiva competência.

112 No caso da ação penal pública condicionada a representação, a vítima poderá retratar-se da representação contra o autor do delito uma única vez, não lhe sendo juridicamente possível que se retrate da retratação.

Julgue os itens a seguir, relativos às normas gerais e especiais de direito penal e processual penal.

113 Há crimes em que a pessoa será, ao mesmo tempo, o sujeito ativo e o sujeito passivo do delito em face da sua própria conduta. Assim, se o indivíduo lesa o próprio corpo para receber o valor de seguro, ele é sujeito ativo de estelionato e passivo em face do dano resultante à sua integridade física.

114 Em face da adoção do critério tricotômico, no Brasil, o gênero infração penal comporta três espécies: crime, delito e contravenção.

115 O furto de uso e o dano culposos são exemplos clássicos de falta de tipicidade, visto que tais ações não se encontram descritas em nenhum tipo penal.

116 É pacífico o entendimento jurisprudencial de que, nos crimes contra a organização do trabalho, a competência é da justiça estadual quando a lesão for individual; e da justiça federal, quando for atingida a categoria profissional como um todo.

117 Os crimes contra a ordem tributária são todos de ação penal pública incondicionada, porém qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a sua respectiva autoria.

Julgue os itens a seguir, no que concerne às disposições legais do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

118 Os crimes definidos no CTB são, em sua maioria, de ação penal pública condicionada à representação do ofendido para que haja a instauração de processo contra o autor do delito.

119 Considere a seguinte situação hipotética.

Augusto, policial militar, em serviço na direção de uma viatura policial, envolveu-se, imprudentemente, em um acidente de trânsito que produziu danos em dois outros veículos e lesão corporal em três passageiros dos veículos envolvidos.

Nessa situação e diante da prática de lesão corporal culposa, Augusto pode responder por crime de trânsito perante a justiça comum, e não, perante a justiça militar, conforme o entendimento jurisprudencial dominante.

120 A diferença entre permissão e habilitação para dirigir veículo automotor consiste no fato de que a primeira, que tem a validade de um ano (período de prova), é o documento conferido ao candidato aprovado em todos os exames de habilitação e enquanto a segunda é o documento definitivo conferido à pessoa que cumpriu o período de prova, de acordo com as exigências dispostas no CTB.



PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Diante do incremento dos direitos e garantias individuais, principalmente advindo da Constituição Federal de 1988, redija um texto dissertativo acerca da denominada **prisão para averiguação**, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ legalidade do procedimento, em face da Constituição Federal;
 - ▶ possibilidade jurídica do procedimento para a investigação de crimes.
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA
GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Aplicação: 19/3/2006

Obs.: (X) item anulado

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	E	C	E	C	C	E	E	E	C	C	E	C	C	C	E	C	E	E	C	E
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	E	E	C	E	C	C	E	E	C	E	C	E	E	C	E	E	C	E	C
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	E	E	C	E	C	C	C	E	C	E	E	C	C	E	C	C	C	E	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	C	E	C	E	C	E	C	E	C	C	C	E	X	E	E	E	E	C	C	C
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	E	C	E	C	C	E	E	C	C	C	E	E	E	C	C	C	C	E	E	C
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	E	E	E	C	C	C	E	C	C	C	E	E	E	X	C	C	E	C	C